

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

OF POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- X Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- X Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- X Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- X Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:

Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





MAURITI - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI - CEARÁ

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

EDITAL Nº 02/2025-PMM

CÓD: OP-006OT-25 7908403582778

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitas.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço apostilasopcao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (conforme foto ao lado).



Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o bônus.



Como Se Preparar para a Prova

Preparar-se adequadamente para o dia da prova é essencial para garantir que todo o seu esforço de estudo seja recompensado. Esta seção foi desenvolvida para orientá-lo nos passos práticos e imediatos que devem ser tomados nas semanas e dias que antecedem o exame, garantindo que você chegue ao dia da prova com confiança e tranquilidade.

Revisão Final

A revisão final é crucial para consolidar o conhecimento adquirido ao longo da sua preparação. Aqui estão algumas dicas para maximizar sua eficiência nas semanas e dias que antecedem a prova:



Priorização de Tópicos: Foque nos tópicos mais importantes e que você considera mais desafiadores. Use resumos e questões comentadas para revisar os pontos principais e garantir que esses tópicos estejam frescos na sua memória.



Resumos e Questões Comentadas: Utilize resumos para relembrar os conceitos essenciais e faça questões comentadas para se familiarizar com o estilo de perguntas da banca. Isso ajudará a reforçar o conteúdo e a identificar possíveis dúvidas que ainda precisam ser resolvidas.v

Técnicas de Prova

No dia da prova, a forma como você administra seu tempo e lida com as questões pode fazer toda a diferença. Abaixo, algumas estratégias para otimizar seu desempenho:



Gestão do Tempo Durante a Prova: Divida o tempo disponível de acordo com a quantidade de questões e o nível de dificuldade. Comece pelas questões que você tem mais certeza, e deixe as mais difíceis para o final.



Lidando com Questões Difíceis: Se você encontrar uma questão muito difícil, não perca tempo nela. Marque-a para revisar depois e siga em frente com as demais. Isso evita o desgaste mental e garante que você responda o máximo de questões possíveis.



Leitura Atenta das Instruções: Sempre leia com atenção as instruções de cada seção da prova. Isso evitará erros que podem ser facilmente evitados, como marcar a alternativa errada ou não observar uma regra específica da prova.

Simulados e Prática

Os simulados são uma ferramenta poderosa para testar seus conhecimentos e preparar-se para as condições reais da prova:



Simulações Realistas: Faça simulados em um ambiente silencioso e sem interrupções, respeitando o tempo limite da prova real. Isso ajudará a criar uma rotina e reduzirá o nervosismo no dia do exame.



Avaliação de Desempenho: Após cada simulado, avalie seu desempenho e identifique áreas que precisam de mais atenção. Refaça questões que você errou e revise os conceitos relacionados.

Preparação Física e Mental

Estar fisicamente e mentalmente preparado é tão importante quanto o conhecimento adquirido:



Alimentação e Hidratação: Nas semanas que antecedem a prova, mantenha uma dieta equilibrada e beba bastante água. Evite alimentos pesados ou que possam causar desconforto no dia da prova.



Sono e Descanso: Durma bem na noite anterior à prova. O descanso adequado é crucial para que seu cérebro funcione de maneira eficiente. Evite estudar até tarde na véspera do exame.



Calma e Foco: No dia da prova, mantenha a calma e o foco. Pratique exercícios de respiração profunda para controlar a ansiedade e visualize-se fazendo a prova com sucesso.

Checklist de Última Hora

No dia da prova, é importante estar bem preparado e evitar surpresas desagradáveis. Aqui está um checklist de itens essenciais:



Documentos Necessários: Certifique-se de que você está levando todos os documentos exigidos pela banca organizadora, como RG, CPF, ou outro documento oficial com foto.



Materiais Permitidos: Leve apenas os materiais permitidos, como caneta preta ou azul, lápis e borracha. Verifique se todos estão em boas condições de uso.



Confirmação do Local da Prova: Revise o endereço e o horário da prova. Planeje sua rota e saia com antecedência para evitar imprevistos.



Alimentos Leves: Leve um lanche leve e água para consumir durante a prova, se permitido. Opte por alimentos que ajudem a manter a energia e a concentração, como frutas secas ou barras de cereais.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.



Este material está de acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Todos os direitos são reservados à Editora Opção, conforme a Lei de Direitos Autorais (Lei Nº 9.610/98). A venda e reprodução em qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, são proibidas sem a permissão prévia da Editora Opção.



Português

	argumentativas	7
2.	Tipologia textual	14
3.	Ortografia oficial	19
4.	Acentuação gráfica	21
5.	Pontuação	
6.	Formação e emprego das classes de palavras	
7.	Significação de palavras	31
8.	Sintaxe da oração e do período	32
9.	Concordância nominal e verbal	
10.		
11.	Emprego do sinal indicativo de crase	
C	onhecimentos Gerais	
1.	Estado e sociedade: elementos do estado, a organização dos três poderes e finalidades constitucionais, o papel do estado na sociedade, direitos e deveres do cidadão, formação social do estado brasileiro	49
2.	Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea	54
3.	Urbanização, pobreza e desigualdade social no brasil	59
4.	Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e	ca
	atualidades	62
5.	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce	62 66
		66
5. 6.	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do mundo,	66
5. 6.	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce	10
5. 6.	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce	10
5. 6. Ra	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce	10 10 10
5. 6. Ra 1. 2.	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce	100 100 111
5. 6. 1. 2. 3.	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce	10 10 10
5. 6. 1. 2. 3. 4.	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce	100 100 111 111
5. 6. 1. 2. 3. 4. 5. 6.	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce	100 100 111 111
5. 6. 1. 2. 3. 4. 5. 6.	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce	100 100 111 111 112
5. 6. 1. 2. 3. 4. 5. 6.	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce	100 100 111 111 122
5. 6. 1. 2. 3. 4. 5. 6.	Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do mundo, brasil, ceará e do município de mauriti-ce	100 100 101 111

ÍNDICE

5.	Lei nº 13005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE)	238
6.	Lei Estadual nº 16.025 - Plano Estadual de Educação do Ceará (2016-2024)	240
7.	Lei Municipal nº 1.322/2015 - Plano Municipal de Educação de Mauriti (20152025)	260
8.	Resolução CNE/CEB nº 1/2021 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos	260
9.	Decreto n° 5.626/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais	264

Conhecimentos Específicos Professor De Educação Infantil e Anos Iniciais Do Ensino Fundamental

1.	Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2009: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	273
2.	Base Nacional Comum Curricular (BNCC): a etapa da Educação Infantil	275
3.	Conceitos e concepções de criança e de infância	284
4.	As contribuições de Friedrich Fröebel, Maria Montessori, Jonh Dewey e Loris Malaguzzi para a Educação Infantil	287
5.	O brincar, as brincadeiras, os brinquedos e as rotinas na Educação Infantil	288
6.	Organização do tempo, do espaço, dos materiais e das atividades	289
7.	Corpo e movimento na Educação Infantil	291
8.	Documentos norteadores para prática no Ensino Fundamental: Base Nacional Comum Curricular - BNCC e Diretrizes Curriculares do Estado do Ceará (DCRC/ CEARÁ/2019)	292
9.	Projeto Político Pedagógico	295
10.	Regimento Escolar	296
11.	Planejamento (tipos e etapas)	299
12.	Metodologias	302
13.	Avaliação (em larga escala, institucional e da aprendizagem)	304
14.	Teoria Curricular	307
15.	Educação inclusiva	309
16.	Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA	313
17.	Plano Nacional de Educação – PNE	352
18.	Plano Estadual de Educação – PEE	371
19.	Multiculturalidade, interculturalidade, transversalidade, transdisciplinaridade, interdisciplinaridade e contextualização	390
20.	Fundamentos do processo de alfabetização e letramento	392

PORTUGUÊS

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS COM DOMÍNIO DAS RELAÇÕES MORFOSSINTÁTICAS, SEMÂNTICAS, DISCURSIVAS E ARGUMENTATIVAS

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

► Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como "O Bicho", ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como "A Hora e a Vez de Augusto Matraga", de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

► Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.
- Identificação de Palavras-Chave: Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.
- Análise do Título e Subtítulos: Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.
- Contexto de Produção: Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.
- Perguntas Norteadoras: Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?



Exemplos Práticos

- Texto Literário: Um poema como "Canção do Exílio" de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.
- Texto Não Literário: Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

► Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

► Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de "Dom Casmurro", de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em "O Navio Negreiro", de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.



Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

- Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.
- Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.
- Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como "portanto", "por isso", "assim", "logo" e "no entanto" são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.
- Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- Texto Literário: No conto "A Cartomante", de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.
- Texto Não Literário: Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por

exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

ARGUMENTAÇÃO

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

► Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

- Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.
- Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.
- Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.
- Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:



Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese.
 Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: "Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão."

• Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: "Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global."

• Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: "Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal."

Exemplo indutivo: "Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular."

• Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: "Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade."

• Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: "Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo."

► Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

• Exemplo de conectivos importantes:

Para adicionar informações: "além disso", "também", "ademais".

Para contrastar ideias: "no entanto", "por outro lado", "todavia".

Para concluir: "portanto", "assim", "logo".

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

► Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.
- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance "Capitães da Areia", de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

► Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

- Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?
- Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?



CONHECIMENTOS GERAIS

ESTADO E SOCIEDADE: ELEMENTOS DO ESTADO, A ORGANIZAÇÃO DOS TRÊS PODERES E FINALIDADES CONSTITUCIONAIS, O PAPEL DO ESTADO NA SOCIEDADE, DIREITOS E DEVERES DO CIDADÃO, FORMAÇÃO SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO

ELEMENTOS DO ESTADO

O Estado é uma organização política e jurídica que regula a vida em sociedade por meio de normas e instituições. Para que um Estado exista, ele precisa conter alguns elementos fundamentais: território, população, governo soberano e soberania. Estes componentes garantem sua funcionalidade e legitimidade no cenário interno e internacional.

Território: Base Física e Delimitação do Estado

O território é um dos elementos essenciais do Estado, pois representa o espaço geográfico onde ele exerce sua soberania e aplica suas leis.

Conceito de Território:

O território pode ser definido como a área geográfica delimitada por fronteiras onde o Estado exerce seu domínio. Ele inclui:

- Solo: terras continentais e ilhas pertencentes ao Estado.
- **Subsolo:** recursos minerais e energéticos abaixo da superfície.
- Águas territoriais: mares, rios e lagos dentro das fronteiras nacionais.
- Espaço aéreo: extensão vertical sobre o território terrestre e marítimo.

Funções do Território:

- Garantia da soberania nacional: estabelece os limites da jurisdição estatal.
- Base para a organização política e administrativa: define as divisões internas, como estados e municípios.
- Controle de recursos naturais: possibilita a exploração econômica e proteção ambiental.

Disputas Territoriais e Direito Internacional:

O território de um Estado é protegido pelo direito internacional, mas disputas podem surgir devido a diferentes interpretações sobre fronteiras e recursos naturais. Exemplos incluem a questão da Amazônia Azul no Brasil e os conflitos entre países vizinhos em várias partes do mundo.

► População: O Conjunto de Indivíduos dentro do Estado

A população refere-se ao conjunto de pessoas que habitam o território de um Estado. No entanto, para a ciência política, é importante diferenciar três conceitos:

- **População:** todas as pessoas que vivem dentro do território, incluindo estrangeiros.
- Povo: conjunto de cidadãos ligados ao Estado por vínculos jurídicos, como a nacionalidade.
- Nação: grupo de indivíduos que compartilham cultura, história e identidade comum, podendo ou não formar um Estado próprio.

Características da População:

- **Diversidade cultural e étnica:** resultado de migrações e processos históricos.
- Demografia e crescimento populacional: fatores que influenciam políticas públicas.
- **Direitos e deveres dos cidadãos:** participação política, deveres fiscais e obrigações legais.

Cidadania e Participação Política:

A cidadania é um conceito fundamental dentro do Estado, garantindo direitos políticos, civis e sociais. No Brasil, a Constituição Federal assegura a participação dos cidadãos na vida pública por meio do voto, da liberdade de expressão e de mecanismos de controle social, como audiências públicas e plebiscitos.

► Governo Soberano: O Exercício do Poder Estatal

O governo soberano é a estrutura responsável por exercer a autoridade do Estado e administrar os interesses da população. Ele pode se manifestar de diferentes formas, dependendo do regime político adotado.

Formas de Governo:

- Monarquia: o poder é hereditário e concentrado em um monarca (rei, imperador).
- **República:** o poder é exercido por representantes eleitos pelo povo.

Regimes Políticos:

- Democracia: participação popular nas decisões políticas, garantindo direitos fundamentais.
- Autoritarismo: concentração do poder em um líder ou grupo, restringindo liberdades civis.
- Totalitarismo: controle absoluto do Estado sobre a sociedade e a economia.



Funções do Governo:

- Legislar: criar e modificar leis para regular a sociedade.
- Administrar: gerir políticas públicas e serviços essenciais.
- Julgar: resolver conflitos e garantir a justiça.

No Brasil, o governo é republicano e democrático, com a divisão dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), estabelecendo um sistema de freios e contrapesos para evitar abusos de poder.

► Soberania: O Poder Supremo do Estado

A soberania é a autoridade suprema do Estado dentro de seu território e sua capacidade de se autodeterminar no cenário internacional. Esse conceito é fundamental para a independência e legitimidade de um país.

Tipos de Soberania:

- Interna: poder do Estado sobre seus cidadãos e território.
- Externa: autonomia para estabelecer relações com outros países sem interferência estrangeira.

Importância da Soberania:

- Garantia da independência nacional: evita ingerências externas.
- Autonomia na criação de leis: cada Estado define seu próprio ordenamento jurídico.
- Poder de decisão nas relações internacionais: possibilidade de firmar tratados e acordos internacionais.

Desafios à Soberania no Mundo Atual:

- Globalização e interferência internacional: organizações como a ONU e tratados multilaterais influenciam a política interna dos Estados.
- Conflitos e guerras: ameaças externas podem comprometer a soberania nacional.
- Intervenções humanitárias e sanções econômicas: alguns países sofrem pressão externa por meio de embargos e sanções.

No Brasil, a soberania é um dos princípios fundamentais da Constituição de 1988, garantindo que o país possa tomar suas próprias decisões sem subordinação a outros Estados.

ORGANIZAÇÃO DOS TRÊS PODERES DA REPÚBLICA

O Estado brasileiro é organizado com base no princípio da separação dos poderes, estabelecido por Montesquieu no século XVIII. Esse princípio visa evitar a concentração de poder em uma única autoridade, garantindo equilíbrio e harmonia entre diferentes instituições. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a divisão do poder em Executivo, Legislativo e Judiciário, cada um com funções e atribuições próprias.

Princípio da Separação dos Poderes

A separação dos poderes é um mecanismo essencial para garantir um governo equilibrado e democrático. No Brasil, esse princípio está previsto no artigo 2º da Constituição Federal, que determina:

"São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Leaislativo, o Executivo e o Judiciário."

Essa divisão visa:

- Evitar abusos de poder: cada poder fiscaliza os outros, garantindo um sistema de freios e contrapesos.
- Assegurar direitos e garantias fundamentais: o equilíbrio entre os poderes protege os cidadãos contra arbitrariedades.
- Manter a estabilidade institucional: cada poder tem funções específicas, evitando a sobreposição de responsabilidades.

► Poder Executivo: Administração e Gestão Pública

O Poder Executivo tem a função de governar e administrar o Estado, implementando políticas públicas e garantindo o cumprimento das leis.

Estrutura do Poder Executivo:

O chefe do Executivo varia conforme o nível federativo:

- Presidente da República: chefe do Executivo federal.
- Governadores: chefes do Executivo estadual.
- Prefeitos: chefes do Executivo municipal.

Funções do Poder Executivo:

- Administrar o país: executar políticas públicas e gerir recursos.
- Elaborar e sancionar leis: pode propor projetos ao Legislativo e sancionar ou vetar leis aprovadas pelo Congresso.
- Representação internacional: firmar tratados e representar o país em eventos diplomáticos.
- Garantir a segurança pública: comandar as forças de segurança e zelar pela ordem interna.

Freios e Contrapesos do Executivo:

- O Congresso pode derrubar vetos presidenciais e julgar crimes de responsabilidade.
- O Judiciário pode declarar inconstitucionalidade de atos do Executivo.
- O Legislativo pode aprovar ou rejeitar nomeações para cargos importantes feitas pelo presidente.

Poder Legislativo: Elaboração das Leis e Fiscalização do Executivo

O Poder Legislativo tem como função principal a criação e fiscalização das leis, garantindo que o governo atue dentro dos limites estabelecidos pela Constituição.



Estrutura do Poder Legislativo:

O Brasil adota um sistema bicameral no âmbito federal, composto por:

- Câmara dos Deputados: representantes do povo, eleitos proporcionalmente à população de cada estado.
- Senado Federal: representantes dos estados, com três senadores por unidade federativa.

Nos estados e municípios, o Legislativo é unicameral, composto por:

 Assembleias Legislativas (estaduais) e Câmaras Municipais (municípios).

Funções do Poder Legislativo:

- Criar e alterar leis: elaboração de normas que regulam a sociedade.
- **Fiscalizar o Executivo:** controle sobre os atos do presidente, governadores e prefeitos.
- Autorizar o orçamento: análise e aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Julgar autoridades: possibilidade de impeachment de autoridades do Executivo.

Freios e Contrapesos do Legislativo:

- O Executivo pode vetar projetos de lei aprovados pelo Congresso.
- O Judiciário pode invalidar leis inconstitucionais aprovadas pelo Legislativo.
- O Legislativo pode convocar ministros para prestar esclarecimentos.

► Poder Judiciário: Garantia da Justica e da Constituição

O Poder Judiciário tem a função de interpretar e aplicar as leis, garantindo que sejam respeitados os direitos fundamentais e a Constituição.

Estrutura do Poder Judiciário:

- O Judiciário é composto por diversos tribunais e instâncias:
- Supremo Tribunal Federal (STF): guarda da Constituição, julga ações de inconstitucionalidade e crimes de responsabilidade de altas autoridades.
- Superior Tribunal de Justiça (STJ): responsável por uniformizar a interpretação da legislação federal.
- Tribunais Regionais Federais (TRFs): julgam questões envolvendo órgãos da União.
- Tribunais de Justiça (TJs): atuam no âmbito estadual.
- **Justiças Especializadas:** Justiça do Trabalho, Eleitoral e Militar.

Funções do Poder Judiciário:

- Aplicar a Constituição e as leis: interpretar normas jurídicas e resolver conflitos.
- Garantir os direitos fundamentais: assegurar que os cidadãos tenham acesso à justiça.

Julgar ações contra o Estado: decidir sobre abusos cometidos por autoridades públicas.

Freios e Contrapesos do Judiciário:

- O Legislativo pode aprovar emendas constitucionais que alterem decisões do Judiciário.
- O Executivo nomeia ministros do STF e tribunais superiores, mas precisa da aprovação do Senado.
- O Legislativo pode criar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para investigar ações do Judiciário.

► Relação entre os Três Poderes e o Equilíbrio Institucional

Para que o Estado funcione de forma eficiente, os Três Poderes devem atuar de maneira harmônica e independente. O sistema de freios e contrapesos impede que um poder se sobreponha aos outros, garantindo a estabilidade democrática.

Casos de Conflitos entre os Poderes:

- Judicialização da política: quando o Judiciário interfere em decisões do Legislativo ou Executivo.
- Crises institucionais: quando há tentativas de enfraquecer um dos poderes.
- Abusos de poder: quando um poder tenta ultrapassar suas competências constitucionais.

Importância da Separação dos Poderes para a Democracia:

- Evita a concentração de poder em uma única instituição.
- Garante os direitos fundamentais dos cidadãos.
- Assegura a estabilidade política e a previsibilidade das decisões governamentais.

AS FINALIDADES CONSTITUCIONAIS DO ESTADO BRASILEIRO

O Estado brasileiro possui finalidades definidas pela Constituição Federal de 1988, que estabelece os princípios, objetivos e diretrizes que devem nortear a atuação do governo e suas instituições. Essas finalidades visam garantir o bem-estar social, a justiça, a ordem democrática e o desenvolvimento do país.

▶ Princípios Fundamentais da Constituição de 1988

A Constituição Federal estabelece, logo em seu início, os princípios que guiam a organização do Estado brasileiro. Esses princípios são fundamentais para a construção de um governo democrático e servem como base para a elaboração das leis e políticas públicas.

Fundamentos do Estado Brasileiro (Artigo 1º):

O artigo 1º da Constituição define os fundamentos da República Federativa do Brasil:

- **Soberania:** autonomia do Estado em suas decisões internas e externas.
- Cidadania: participação ativa da população na vida política.
- Dignidade da pessoa humana: respeito aos direitos fundamentais de cada indivíduo.



- Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa: equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção dos trabalhadores.
- Pluralismo político: liberdade de expressão e diversidade de pensamentos políticos.

Esses fundamentos garantem que o Brasil seja uma democracia participativa, onde o povo exerce o poder por meio de seus representantes eleitos e de mecanismos diretos, como referendos e plebiscitos.

Princípios das Relações Internacionais (Artigo 4º):

A Constituição também define princípios que orientam a atuação do Brasil no cenário internacional, como:

- Independência nacional: não subordinação a outros países.
- Autodeterminação dos povos: respeito à soberania de outras nações.
- Não intervenção: o Brasil não interfere em assuntos internos de outros Estados.
- Defesa da paz e repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Esses princípios garantem que o Brasil atue de forma pacífica e respeitosa nas relações internacionais.

► Objetivos Fundamentais do Estado Brasileiro (Artigo 3º)

O artigo 3º da Constituição define os objetivos fundamentais do Estado, que devem orientar todas as políticas públicas e ações governamentais. São eles:

- Construir uma sociedade livre, justa e solidária: promoção da igualdade e do bem-estar social.
- Garantir o desenvolvimento nacional: crescimento econômico e sustentável.
- Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais: busca por equidade e justiça social.
- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação: proteção dos direitos humanos e da diversidade.

Esses objetivos reforçam o compromisso do Estado com o progresso social, econômico e humano do Brasil.

Direitos e Garantias Individuais e Coletivos

A Constituição de 1988 é conhecida como a "Constituição Cidadã" porque ampliou os direitos individuais e coletivos dos brasileiros. Esses direitos estão previstos no Título II, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Direitos Individuais e Coletivos (Artigo 5º):

O artigo 5º estabelece os principais direitos dos cidadãos, como:

- Direito à vida: proteção contra qualquer forma de violência.
- Direito à liberdade: liberdade de expressão, crença, locomoção e associação.
- **Direito à igualdade:** todos são iguais perante a lei, sem discriminação.

- Direito à propriedade: direito de possuir e administrar bens.
- Direito à segurança: proteção contra abusos e arbitrariedades do Estado.

Além disso, a Constituição garante instrumentos para a defesa desses direitos, como:

- Habeas corpus: protege contra prisões ilegais.
- Habeas data: assegura o acesso a informações pessoais mantidas pelo governo.
- Mandado de segurança: protege contra abusos de autoridade.

Direitos Sociais (Artigo 6º):

Os direitos sociais garantem condições dignas de vida para todos os cidadãos. Entre eles estão:

- Educação: acesso universal e gratuito ao ensino.
- Saúde: atendimento gratuito pelo SUS (Sistema Único de Saúde).
- Trabalho: direitos trabalhistas e proteção contra exploração.
- Moradia: acesso a condições adequadas de habitação.
- Segurança e previdência social: amparo estatal em situações de vulnerabilidade.

A efetivação desses direitos é essencial para reduzir desigualdades e garantir o bem-estar da população.

► O Papel do Estado no Bem-Estar Social

O Estado tem a responsabilidade de criar políticas públicas que garantam o desenvolvimento social e econômico do país.

Papel do Estado na Educação e Saúde:

- Educação: oferta de ensino básico gratuito e políticas de inclusão.
- Saúde: manutenção do SUS e acesso universal aos serviços de saúde.

Desenvolvimento Econômico e Redução da Desigualdade:

- Políticas de emprego e renda: incentivo ao trabalho formal e empreendedorismo.
- Distribuição de renda: programas sociais, como Bolsa Família e auxílio emergencial.

Segurança Pública e Justiça Social:

- Combate ao crime: fortalecimento das forças de segurança e inteligência policial.
- Garantia de direitos humanos: proteção de minorias e grupos vulneráveis.

opção